

## ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

**Docência e interseccionalidade: o que dizem as professoras***Teaching and intersectionality: what teachers say*Gabriella de Oliveira Dias;<sup>1</sup> Jonê Carla Baião<sup>II</sup> \*<sup>I</sup> Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil<sup>II</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil**Palavras-chave:**professoras; racismo;  
narrativas;  
interseccionalidade;  
magistério.**Resumo:** O presente artigo analisa as narrativas de quatro professoras negras acerca dos racismos que perpassaram a seus corpos, evidenciando as intersecções que as atravessaram no magistério. O processo de feminização do magistério, estereótipo ligado ao marcador gênero, aponta para a exclusão das mulheres nas Ciências. O feminismo negro decolonial questiona os arranjos sociais a partir de uma visão eurocêntrica, patriarcal e colonialista e de que maneira produzem opressões, como o racismo e sexismo na academia. Através da lente da interseccionalidade evidenciamos, nas narrativas das professoras, o impedimento e acesso nos espaços de poder.**Keywords:**teachers; racism;  
narratives;  
intersectionality;  
magisterium.**Abstract:** This article analyses the narratives of four black female teachers about the racism that permeated their bodies, highlighting the intersections that crossed them in teaching. The process of feminization of teaching, a stereotype linked to the gender marker, points to the exclusion of women in the sciences. Black decolonial feminism questions social arrangements based on a Eurocentric, patriarchal and colonialist vision and how they produce oppressions such as racism and sexism in academia. Through the lens of intersectionality, the narratives of the female professors show the impediment and access to spaces of power.**Introdução**

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado (Dias, 2022), apresentada em setembro de 2022, cujo desenvolvimento analisou as narrativas de quatro professoras negras acerca dos racismos que perpassaram seus corpos nas fases de desenvolvimento humano: infância, adolescência e adulta. Através do diálogo com autoras negras decoloniais e com as narrativas tensionadoras das caminhantes professoras, buscávamos compreender as suas percepções sobre o padrão de beleza imposto pela hegemonia branca a seus corpos em diferentes fases de suas vidas, mas foi além. As professoras evidenciaram que no encontro com o outro, a hegemonia branca, elas experimentaram no corpo, na cor de sua pele preta, nos lábios grossos e dos cabelos crespos, olhares encruzilhados de silenciamento e invisibilidade dentro das instituições: família, escola, igreja, trabalho e nas relações interpessoais.

\* Endereço para correspondência: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. Rua Barão de Itapagibe, 96 - Rio Comprido. Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 20260000. E-mails: [pedagoga.gabriellaodias@gmail.com](mailto:pedagoga.gabriellaodias@gmail.com), [jonebaiiao@gmail.com](mailto:jonebaiiao@gmail.com)



Além disso, abordaremos o processo de feminização do magistério, um estereótipo ligado ao marcador social gênero. Através do movimento feminista, esta visão começa a ser questionada e, também os arranjos sociais que apontavam para a exclusão das mulheres nas ciências. Para as mulheres negras, o feminismo branco não era inclusivo, pois o recorte não considerava as suas subjetividades.

A proposta para este estudo tem como temática principal as narrativas das professoras no encontro com o racismo, que evidenciam as intersecções que as atravessaram no magistério: raça e gênero. Assim, entendemos que a interseccionalidade é uma abordagem teórica que valida a disputa de opressões sociais, mas que não podem ser analisadas de forma isolada, e sim dentro de um sistema complexo de intersecções entre diferentes categorias de identidades.

O contexto histórico-social brasileiro contribuiu para práticas discriminatórias que naturalizassem a exclusão dos negros na sociedade. Para um país que negava a categoria raça, na crença de uma democracia racial, o fundamento principal da exclusão era sobrepor a ideia de uma identidade universal. Collins e Bilge (2020, p. 39) contribuem para a análise do mito da democracia racial que “ao apagar a categoria política de raça, o discurso nacional da democracia racial eliminou a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que afetavam a vida das pessoas negras brasileiras”.

Além disso, outra preocupação que se evidenciava era com a miscigenação, o embrião da democracia racial, na base da identidade nacional, a mestiçagem era como fruto de uma violência praticada pelo colonizador, que expropriava e explorava o colonizado. Para Sueli Carneiro (2019, p. 313), a colonização resultou também, na expropriação dos corpos das mulheres negras e indígenas, resultando um país miscigenado na violência:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências.

Para Collins e Bilge (2020) ao evidenciarmos o viés gênero e social, sem analisamos a categoria raça, as mulheres negras não serão contempladas com as lentes da interseccionalidade. Em decorrência da temática urgente, evidenciamos recortes das caminhantes de pesquisa que, ao narrarem suas trajetórias de vida, nos mostraram o impedimento ao acesso nos espaços de poder.

No contexto brasileiro, onde as desigualdades sociais e as experiências de opressões estão enraizadas, a interseccionalidade oferece uma perspectiva para compreender as dinâmicas de poder e os processos excludentes. Conforme acrescenta Collins e Bilge (2020, p. 20) a respeito da intersecção no Brasil como ferramenta analítica:

O reconhecimento crescente da desigualdade social global como um fenômeno interseccional e a ascensão do movimento de mulheres negras brasileiras em resposta a desafios específicos, como o racismo, o sexismo e a pobreza, ilustram diferentes usos da interseccionalidade como ferramenta analítica.

### **Magistério: feminismo decolonial e epistemologia**

O processo de feminização do magistério é bastante estudado por pesquisadores, e talvez, o que mais chame a atenção é a sua ligação com os estudos voltados principalmente para o lado afetivo desenvolvido nessa relação. Essa representação de professora, mãe e cuidadora, cria um estereótipo que caracteriza suas práticas e molda sua inserção neste ideal criado ao longo do último século. Como afirma Louro (2014, p. 99) “no Brasil é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, seu predomínio como docentes”.

Esse marcador social, da docente com características “maternas”, fez com que muitas de nós, mulheres, fôssemos ocultadas e segregadas, não só socialmente e politicamente, mas inclusive como sujeito participante da Ciência. Sendo assim, a exclusão de mulheres na ciência aponta para um conhecimento único e universal produzido por homens brancos. Quanto a isso, Louro (2014, p. 100) nos diz que “o magistério tomou empréstimo de atributos que são tradicionalmente associados a mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc”.

Foi no final da década de 1960 que o movimento feminista passou a reivindicar a maneira como eram postos os tradicionais arranjos sociais, não apenas protestando e conscientizando em espaços públicos, mas também através de livros, jornais e revistas acerca do papel da mulher nas Ciências. Assim os estudos através de gênero “propunham uma virada epistemológica sustentada na desnaturalização e essencialização dos sexos” (Schucman, 2012, p. 159).

O que as feministas buscaram, sendo contrárias aos privilégios na ciência, era uma desconstrução e contestação a respeito do sistema de conhecimento. O movimento feminista do século XIX buscava a igualdade entre gêneros binários (feminino e masculino), questionando os privilégios que os homens tinham sob as mulheres. O enfoque era incluir a mulher no mercado de trabalho, com participações iguais. Françoise Vergès (2019, p. 28), em sua obra *Um feminismo decolonial*, descreve como um “feminismo civilizatório” pois tem como objetivo um pensamento universal que contribui para a continuidade da dominação de “classe, gênero e raça”, assim ela defende um feminismo decolonial, cujo objetivo é:

Dizer-se feminista decolonial [...] também é afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul Global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram (Vergès, 2019, p. 35).

No final da década de 1970 começa a serem discutidas as questões relacionadas ao gênero, ganhando notoriedade quando estudiosas do movimento contestaram os papéis sociais preestabelecidos. Sobre isso Haraway (1995/2009, p. 15) aponta que ela e outras autoras começaram a contestar a verdade hostil de uma construção científica e tecnológica voltada para a submissão e dominação das mulheres:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, crítica, reflexiva em relação as nossas próprias e às práticas de dominação dos outros e nas partes desiguais do privilégio e opressão que todas as posições contêm.

O olhar do colonizador, branco e eurocentrado, permitia que o gênero feminino, e aqui falando de todas, fosse a imagem de dominação e submissão, ao passo de ser considerado como o outro. Essa interpretação entre a imagem de si próprio e a projeção do desejo inanimado do outro, Kilomba (2019, p. 55) dispõe “curiosamente, também nos discursos feministas, os homens tentam, de forma similar, irracionalizar o pensamento de melhores, como se as interpretações feministas não fossem nada mais do que a fabricação da realidade, de ilusão, talvez até alucinação feminina”.

Nesse mesmo período as mulheres negras começam a questionar o próprio movimento feminista, já que ele era evidenciado por mulheres brancas e de classe social mais privilegiada. Se o movimento feminista buscava mais equidade entre os sexos, para as mulheres negras a ausência de ouvidos e vozes que pudessem perceber a sua existência e resistência era de invisibilidade. Segundo Tate (2020), em seu artigo “Descolonizando a raiva: a teoria feminista e a prática nas universidades do Reino Unido”, as mulheres negras contestavam as mulheres brancas, principalmente na academia por:

Ir contra o cânone feminista branco, significa que você é “a mulher negra raivosa” que recusa a objetividade. A raiva, porém, é catalizadora da crítica que é necessária devido ao fato de ainda habitarmos mundos nos quais “ignorar a raça é entendido como um gesto liberal, gracioso e até generoso”. (TATE, 2020, p. 195).

Durante e, arrisco dizer, após o período escravocrata, as mulheres negras foram e são vítimas de um sistema que as entendiam como uma mercadoria e valor de consumo, violentando e açoitando seus corpos, expropriando seus saberes, desumanizando sua própria existência. O feminismo negro, e conseqüentemente as mulheres negras, eram invisíveis, conforme elucida Ribeiro (2019, p. 23):

Aponta para uma possível cegueira dessas mulheres em relação às mulheres negras no que diz respeito à perpetuação do racismo e como naquele momento esse fato não era considerado relevante como pauta feminista por elas. Interessava, ali, a conquista de direitos para um grupo específico de mulheres, o que se perpetuou durante muito tempo, mesmo quando mulheres negras começaram a escrever sobre a invisibilidade da mulher negra como categoria política e a denunciar esse apagamento.

Essa invisibilidade de vozes e ouvidos estão atreladas à hierarquia das raças que se evidencia como uma escala, talvez podendo ser considerada como opressora, onde no topo estão os homens brancos, seguido pelas mulheres brancas, os homens negros e as mulheres negras. Assim, Akotirene (2019, p. 22) define o movimento feminista negro:

O projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global [...]. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo.

Até então a predominância acerca do conhecimento escolar vinha do homem branco, heterossexual, cristão e pai. Nesse contexto, as feministas do século XX, estimulavam as falas das mulheres que foram silenciadas e/ou que não obtiveram importância do seu conhecimento científico.

### **As caminhantes professoras**

As quatro professoras foram escolhidas por terem, ou terem tido, em algum momento, um contato com as autoras, seja no ambiente de trabalho ou estudo, mas também, por serem professoras. Duas são professoras regentes no Ensino Fundamental na Secretaria Municipal do Rio de Janeiro – SME/RJ, uma é professora de Educação Infantil, também na SME/RJ, a outra é professora de Ensino Fundamental na Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e na rede particular da mesma cidade. Assim, nos encontros de pesquisa, nos aproximávamos da formação de um grupo focal conforme acrescenta Mendonça e Gomes, M. (2017, p. 53) ao citar Minayo (2000) a respeito da formação do grupo:

Na definição de critérios para a formação do GF, pode-se levar em consideração o ambiente de trabalho dos participantes, o exercício da profissionalidade, a partilha das mesmas características em nível de escolaridade, as condições sociais ou ainda, se todos foram funcionários de um único setor público, deve-se ter em conta que a formação do grupo permita um ambiente favorável à discussão e propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista.

Formamos um grupo de apoio, que se aproxima de um grupo focal de pesquisa, no formato de uma roda de conversa virtual. Segundo Collins (2020, p. 153-154) “o uso do diálogo tem raízes nas tradições orais herdadas da África e na cultura afro-americana [...] O pré-requisito fundamental dessa rede interativa é a participação ativa de todos os indivíduos”.

Através do diálogo, da comunicação e interação ativa nos encontros de pesquisa, as professoras escolheram seus nomes, a fim de serem identificadas no texto, com origens africanas ou afro-diaspórica. Dessa forma, para apresentar os nomes escolhidos utilizaremos a ordem cronológica de forma decrescente, pois na linguagem Yorùbá, mais precisamente na Nigéria, algumas organizações familiares e também na sociedade o “princípio fundamental da

organização familiar é a senioridade, que se baseia na idade relativa, e não no gênero” Oyëwùmí (2020, p. 171).

Assim, a primeira participante tem 45 anos, graduada em Pedagogia, é professora na Rede Municipal do Rio de Janeiro SME/RJ e escolheu o nome *Ayana Jenday*, que quer dizer a “linda flor agradecida”. A segunda participante tem 42 anos, é formada em Pedagogia, é professora adjunta de educação infantil na Rede Municipal do Rio de Janeiro SME/RJ e escolheu o nome *Ashanti*, que quer dizer “mulher africana forte”. A terceira participante tem 40 anos, é formada em Normal Superior, possui três especializações entre elas Alfabetização, é professora na Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e na rede privada da mesma cidade e escolheu o nome *Dandara*, que quer dizer “princesa guerreira ou princesa negra”. A quarta participante, tem 29 anos, é formada em Pedagogia e possui duas especializações, é professora na Rede Municipal do Rio de Janeiro SME/RJ e escolheu o nome *Aisha*, que quer dizer “ela é vida”.

É preciso dizer que uma pesquisa que buscava ser decolonial, com fundamentação teórica e metodológica de autoras negras, podia gerar “desconforto” e questionamentos em uma parcela de acadêmicos que ainda estão enraizados com as formalidades pré-existentes. Para os pesquisadores da decolonialidade, esse pensamento e movimento é uma forma de entender a lógica para além de uma única “visão de mundo”: a do colonizador. Assim, questionam o mundo através de outros estudos e arranjos, feitos por aqueles que estão a margem, como nesta pesquisa: o mulherio negro.

Se a própria academia é tradicionalista e ainda ligada a autores brancos, em sua maioria no eixo norte-americano e europeu, como falar de pesquisa decolonial? Entendemos que, se não fizermos o movimento das águas turbulentas de um “tsunami” e trouxermos para o centro do debate a crítica dessa visão unilateral acerca do mundo, não iremos avançar em diálogos formativos e plurais de pensamentos, opiniões, cultura, história, política, etc.

O feminismo decolonial questiona a visão de mundo a partir de uma homogeneidade eurocêntrica, patriarcal, colonialista, imperialista, capitalista e a maneira que produzem, e reproduzem, opressões, tais como o racismo e sexismo. Para Vergès (2020, p. 36) não se trata de uma “nova onda” ou “nova geração” e sim de um processo de decolonização, “essas duas fórmulas (onda e geração) contribuem para o apagamento do longo trabalho subterrâneo que permite às tradições esquecidas renascerem e ocultam o próprio fato que elas foram soterradas”.

Existe uma expressão que se refere a academia, ou seja, a Universidade, como sendo uma “torre de marfim” onde muitos pesquisadores pensam nos problemas sociais desvinculado da prática. Esses “arcabouços” acadêmicos dizem respeito a uma universalidade do saber, que vem em grande parte, dos homens brancos, das mulheres brancas e mais tardiamente dos homens negros. As mulheres negras contestam seus espaços acadêmicos,

suas epistemologias em pleno século XXI. Acreditamos que esse engessamento não seja mais cabível, o que para Collins seria (2020, p. 139):

Uma vez que homens brancos da elite econômica controlam as estruturas de validação do conhecimento ocidental, seus interesses permeiam temas, paradigmas e epistemologias de trabalho acadêmico tradicional. Consequentemente, as experiências de mulheres negras [...] tem sido distorcidas ou excluídas daquilo que é definido como conhecimento.

Anular esses espaços de conhecimento ou julgá-los desnecessários constitui uma forma de contestar uma epistemologia. Segundo Collins (2020, p. 140), a respeito da epistemologia, diz que “atenta para a maneira com que as relações de poder estabelecem quem é considerado confiável e por que o é”. Contestar as vivências dessas mulheres, os seus saberes acerca do racismo seria contestar a epistemologia dos seus saberes.

### **A capilaridade das narrativas tensionadoras do racismo**

A presença de mulheres negras na academia, de alunas, de mestres, de doutoras, de pós doutoras, dentro de uma instituição embranquecida, pode produzir uma recusa dos seus saberes epistêmicos. Baião (2021) rememora uma vivência que se transformou em escrevivência, de uma participação como avaliadora externa em uma banca de mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Após os rituais acadêmicos e a suas contribuições a respeito do trabalho apresentado, a professora interna dessa instituição, branca, no auto do seu academicismo refere-se a avaliadora externa como “empolgada” e “a professora se empolgou como uma torcedora de futebol”. O racismo está posto e anda de mãos dadas com a contestação epistêmica de uma mulher negra. Collins (2020, p. 145) exemplifica a posição das mulheres negras acadêmicas:

As acadêmicas negras podem ter a convicção que algo é verdadeiro – isto é, de que algo é verdade segundo os padrões amplamente aceito entre mulheres negras -, e, contudo, não quererem ou constatarem que é impossível legitimar suas afirmações usando as normas acadêmicas predominantes. Cada discurso, cada nova proposição deve condizer com um conjunto de conhecimentos existente e aceitos como verdadeiro pelo grupo que controla o contexto interpretativo.

No ano de 2020 uma das autoras desse trabalho, ao participar do Encontro Nacional de Didáticas e Práticas de Ensino - ENDIPE, na modalidade painel expositivo, a mediadora, uma mulher branca, questionou a apresentação de duas doutorandas negras ao citar Grada Kilomba (2019) como referência nas narrativas e cotidiano escolar. Para ela a grande referência seria Michel Certeau (1925-1986), um homem branco, historiador e francês, exaltando sua relevância no meio acadêmico. Não se trata se anular as contribuições de Certeau, já que é notório, mas sim da tentativa de invalidar uma autora negra e contestar duas pesquisadoras negras. Conforme acrescenta e questiona Gomes, N. (2002, p. 232) ao se referir a colonialidade do saber:

Nesse caso, cabem as perguntas: teremos sempre que nos reportar aos mesmos autores e aos mesmos clássicos para interpretar e compreender a nossa realidade? Será que, paralelamente ao que acostumamos chamar de “clássicos” e que compõe o cânone acadêmico, não tivemos outras produções de caráter mais crítico e analítico que, por diversos motivos e até pela luta por hegemonia no campo do conhecimento, foram esquecidos, invisibilizados e relegados ao ostracismo?

Assim, quando uma mulher negra fala ela é vista como a “torcedora de futebol”, “raivosa”, “infantil”, “arrogante”, “presunçosa” e em muitos casos se calam e acreditam nesses julgamentos. Esse calar e silenciar, diante do racismo, pode ocasionar em feridas traumáticas ao longo da sua vida e da sua experiência enquanto mulher negra.

Durante os encontros de pesquisa, as professoras foram narrando suas vivências no encontro com o racismo. A escolha do termo “caminhante” é por entender que esta pesquisa só aconteceu porque elas aceitaram a percorrer esta trajetória comigo, mas também como um sinal de respeito as suas histórias de vida, por tentar não ser a mulher branca que objetifica as mulheres negras em suas escritas. Como acrescenta Cardoso (2010, p. 610) ao falar sobre as pesquisas da branquitude e relação do negro como objeto a ser pesquisado “vale lembrar que a teoria antirracista, de modo geral, tem restringido em pesquisar o oprimido, deixando de lado o opressor. Desta forma, é sugerido que a opressão é somente “um problema do oprimido” em que o opressor não se encontra relacionado”.

Dandara é uma mulher negra retinta, professora alfabetizadora na cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais, atua como docente na Secretaria Municipal e na rede privada de ensino. Ela narrou um fato que aconteceu na escola que trabalha:

*Eu trabalho em uma escola particular e quando entrei me informaram que os mais novos não podiam escolher a turma que seria regente. Era por antiguidade a escolha, aceitei porque regras são regras. Algumas professoras saíram, outras aposentaram e eu vi que tinha chegado a minha vez de escolher. Na primeira reunião pedagógica do ano, a diretora deixou uma professora mais nova escolher na minha frente. Eu questionei e lembrei a própria dona as regras da sua escola. Ela me disse que tinha mudado e seria por afinidade com a alfabetização. Pois bem, lembrei a ela que estava na escola a anos, tinha afinidade com as crianças e por último que era muito capacitada, com três especializações, sendo duas em alfabetização. Por que na minha vez a regra mudou? Porque sou preta! Eu tive que brigar para ter meu lugar reconhecido.<sup>1</sup>*

A situação vivida por Dandara é respondida por ela mesma na narrativa. A regra mudou quando chegou a sua vez de escolher: ela é negra. Ela conhecia as artimanhas da branquitude em negar os seus direitos e, disfarçando-os por afinidade, ela se antecipa de qualquer outro argumento e finaliza afirmando propriedade intelectual nas especializações realizadas.

Acreditamos que se Dandara fosse uma mulher branca, essa negativa não teria acontecido por parte da gestão, em dizer que ela não tinha “afinidade com a alfabetização” para assumir a regência da turma. Essa suposta falta de afinidade, argumento utilizado pela

---

<sup>1</sup> A transcrição das narrativas encontra-se no anexo da dissertação (Dias, 2022).



diretora, não foi utilizado quando a professora branca, recém-formada, pode escolher na frente de Dandara. Para nós, fica evidente, que a diretora escolhia não por “afinidade” e “especialização”, mas sim na própria identidade visual refletida na imagem da branquitude. Maria Aparecida Bento (2014) argumenta que os brancos agem através do que ela nomeou de pactos narcísicos da branquitude. Esse pacto diz a respeito de uma aliança inconsciente, intergrupar, gerado pelo silenciamento do racismo e dos problemas sociais. Além disso, outra característica abordada por Bento M. (2014) é o amor por si próprio e por sua imagem refletida. Mas quando isso não acontece gera uma aversão e sentimento de ameaça pelo diferente. Segundo a autora:

Esses dois processos – ter a si próprio como modelo e projetor sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir, pois maculam o modelo – são processos que, sob certos aspectos, podem ser tidos como absolutamente normais no desenvolvimento das pessoas [...] No entanto, no contexto das relações raciais eles revelam uma faceta mais complexa porque visam justificar, legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro e, conseqüentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios (Bento, M., 2014, p. 31).

A branquitude atua através da manutenção dos seus privilégios, seja material ou simbólico, exercendo poder sobre outras identidades. Assim, “manter o poder não é algo de alguém, ou de uma instituição, que tome posse e guarde para si, mas, sim algo que exerce repetidamente e continuamente” (Schucman, 2012, p. 134).

Ashanti completa a narrativa de Dandara, fazendo uma ligação com outra forma de questionamento: a carreira e ocupação no mercado de trabalho. Só que dessa vez por uma terceira pessoa, ou como acrescenta Baião (2021, p. 226) acerca da visão do outro, o branco, a respeito das ocupações no mercado de trabalho:

Saber qual lugar esse “outro” pode ocupar é um aprendizado que temos desde a mais tenra idade. Vendo quem são os médicos que nos atendem, as professoras e professores que nos ensinam, e quais são os que limpam e recolhem o lixo da cidade... a gente vai percebendo os lugares que a estrutura social reserva e espera que seja preservada para cada cidadã e cidadão.

Concordando com Baião, o outro aprendeu a ver pessoas negras em espaços de serventia. Assim, a pessoa pressupõe que uma mulher negra enquanto profissional da educação, deveria ser merendeira, desconsiderando todas as outras profissões cabíveis dentro de uma unidade escolar. E é nessa perspectiva que Ashanti começa a sua narrativa:

*Estava conversando com uma pessoa e comentei sobre a escola que trabalho. Imediatamente a pessoa me fixou o olhar e me perguntou se eu trabalhava em escola. Antes que pudesse responder, ele me olhou de cima embaixo e foi dizendo que conhecia alguém que também trabalhava na cozinha de uma escola. Que era merendeira! Respondi que não, que era professora e a pessoa ficou sem graça. Por que eu tenho que trabalhar na cozinha?*

Nesse momento Ayana Jendayi, diz que a mesma situação aconteceu com ela. Ela também fora questionada sobre sua promoção, por pares brancos, em uma espécie de competição e que levou à sua demissão:

*Os meus problemas são com os pares. Principalmente, se esses pares forem brancos, mas eles não aceitam que uma mulher negra possa se destacar mais do que uma mulher branca. Como se fosse o tempo todo uma competição e que o nosso lugar já é colocado como último, mas as mulheres negras estão aí para quebrar esses paradigmas, pra quebrar esses preconceitos. Eu trabalhava em uma creche, a mais cara do Rio de Janeiro, eu não tinha formação em Pedagogia, mas me destacava no trabalho. A dona da creche me promoveu a supervisora do berçário e ainda se ofereceu para pagar a faculdade de Pedagogia. As outras professoras, já formadas, ficaram incomodadas. Eu senti nas entre linhas os olhares. Elas não aceitam que uma mulher preta, não formada, estava no cargo de chefia. Denunciaram a creche e eu fui demitida.*

Ayana Jendayi narra as dificuldades com os pares no ambiente de trabalho: a falta de aceitação da sua presença, um questionamento por fazer o que tem que ser feito e até mesmo uma competição. Esses questionamentos sobre o seu trabalho e desempenho é explicado por Bento, C. (2022, p. 74) quando analisa a ascensão de negras e negros no mercado de trabalho “os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando. Quando se colocam em posição de igualdade, são percebidos como concorrentes”.

Vivenciamos, entre telas abertas, o verdadeiro sentido da palavra dororidade na troca entre as caminhantes, se antes nos aproximamos do conceito, agora ele nos parecia materializado. Dessa forma, aprendíamos com as caminhantes que, por mais que tivéssemos sororidade com as suas histórias de vidas, jamais, em hipótese alguma, saberia na pele a dororidade.

Um contraponto a respeito da sororidade, porque este termo diz sobre a união das mulheres, sobre a empatia, acolhimento e pertencimento com um objetivo em comum: o feminismo. Ele diz principalmente sobre um feminismo que, excludente, não considera as encruzilhadas de raça com gênero. Nesse caso, especificamente, quando falamos de mulheres negras ao compartilhar as dores do racismo, estamos elucidando um outro conceito: a dororidade. A autora Vilma Piedade (2017) funda o termo ao perceber que a sororidade não consegue abordar outras dimensões vivenciadas pelas mulheres negras, principalmente a dor. Sobre isso a autora diz “um conceito nunca está pronto, definitivo e imutável. O movimento é a sua marca. Movimento histórico e ideológico” (Piedade, 2017, p. 16). A autora acrescenta acerca do termo fundante:

*Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravamento nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados [...] A Sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor – especificamente, a Dor que só pode*

ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor (Piedade, 2017, p. 17).

Nas três narrativas das caminhantes, o elemento que as unem e que é percebido, é o racismo que estrutura a nossa sociedade e as relações que são desenvolvidas nas instituições, seja por parte da gestão escolar, terceiros ou parceiros. As narrativas de Dandara e Ayana Jendayi revelam um outro desdobramento do racismo, dessa vez o institucional, que está diretamente ligado às desigualdades no mercado de trabalho.

O racismo institucional é a ocupação de cargos de maior relevância pela hegemonia. Essa exclusão revela dados alarmantes sobre a composição das empresas, iniciando na seleção até as devidas promoções. Bento, C. (2022, p. 76-77) faz uma análise atual sobre o cenário e a manifestação da branquitude nessa instituição em sua pesquisa de mestrado e doutorado, perpassando desde o contexto histórico escravagista, o pós-período escravocrata com “ofertas” de subempregos, a perpetuação de empregos de menor relevância para a população negra e os artifícios da branquitude por trás desse sistema:

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança, etc., precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial.

### **Considerações finais**

A interseccionalidade como ferramenta analítica possibilita a compreensão de discriminações raciais, sociais e de gênero ao usar como lente os recortes que as mulheres negras estão inseridas. Desde a década passada, o movimento feminista negro vem anunciando a contestação, por parte de uma intelectualidade “universal”, os arranjos sociais que contestam suas epistemologias.

Ainda que as caminhantes tenham expressados opressões raciais no magistério, o marcador do fenótipo, em sua maioria, antecede as suas próprias conquistas intelectuais. Os desafios encontrados pelas caminhantes professoras, mesmo que em um pequeno recorte, pode evidenciar a realidade das mulheres negras no Brasil. A análise interseccional ainda é pertinente para o reconhecimento de lugares de privilégios, lugares destinados e ações coletivas que viabilizem igualdade de acesso e poder.

## Sobre as autoras

### **Gabriella de Oliveira Dias**

<http://lattes.cnpq.br/0120962513034220>

Mestre no Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB), pelo Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com área de concentração e desenvolvimento de pesquisa em Estudos Étnico Raciais, Educação Antirracista e Estudos Críticos da Branquitude, com foco nas Narrativas e Experiências de vida que assim se evidenciam no cotidiano escolar. Especialização *Latu Sensu* em Supervisão Escolar pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB) Especialização *Latu Sensu* Em Docência do Ensino Superior pela Faculdade União Dinâmica das Cataratas (UDC). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora na Secretaria Municipal de Educação - SME/RJ.

### **Jonê Carla Baião**

<http://lattes.cnpq.br/1731117448608917>

Atualmente é Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lotada no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). É pesquisadora pró-cientista, bolsista, da UERJ. Professora do Departamento de Ensino Fundamental e do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB/CAp-UERJ) . Atua, também, como coordenadora, na modalidade EAD, da disciplina de Monografia 2 do Consórcio CEDERJ/ CECIERJ no curso de Pedagogia UERJ, desde 2014. Fez seu pós doutoramento em Psicologia- UFF em 2022. É Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Graduada em Letras Português e Literatura - Faculdade de Humanidades Pedro II (1989) . Faz parte do corpo editorial da Revista e-mosaico e da Revista Digital Formação em Diálogo. É membro do Grupo de Pesquisa Formação em Diálogo: narrativas de professoras, currículos e culturas (GPFORMADI), co-coordenadora da linha de pesquisa "Educação e Diferença". Tem interesse de estudo na área de Linguística, com ênfase em Ensino de Língua, especialmente em Alfabetização, bem como nos seguintes temas: interseccionalidades raça, gênero e classe. (contato: jonebaião@gmail.com).

## Como citar este artigo:

### **ABNT**

DIAS, Gabriella de Oliveira; BAIÃO, Jonê Carla. Docência e interseccionalidade: o que dizem as professoras. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 17, e58647, 2024. <https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a58647>

### **APA**

Dias, G. O., & Baião, J. C. (2024). Docência e interseccionalidade: o que dizem as professoras. *Ensino, Saúde e Ambiente*, 17, e58647. <https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a58647>

## Copyright:

Copyright © 2024 Dias, G. O., & Baião, J. C. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2024 Dias, G. O., & Baião, J. C. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

## Editora responsável pelo processo de avaliação:

Luiza Rodrigues de Oliveira

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. Coleção Feminismos Plurais.
- BAIÃO, Jonê Carla. “Se eles fazem mil, temos de fazer mil e um” - e ela fez! Trajetória acadêmica de uma doutora negra nos anos 1970. **Revista Transversos** - Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas, Rio de Janeiro, n. 21, p. 222-240, abr. 2021. <https://doi.org/10.12957/transversos.2021.54964>
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 28-63.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289.
- COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 152-188.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: [http://www.ser.puc-rio.br/2\\_COLLINS.pdf](http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf). Acesso em: 21 maio 2023.
- DIAS, Gabriella de Oliveira. “Você nunca vai saber o que é ter o cabelo para o alto”: o que dizem as professoras sobre os racismos vividos. 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e Educação Básica) - Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/18918>
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1 jan. 2009, p. 07-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 jun. 2024. Publicado originalmente em 1995.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo no cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENDONÇA, Iolanda; GOMES, Maria de Fátima. Grupo Focal: instrumento de coleta de dados na pesquisa em educação. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 52-62, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/277417993.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Entre Nós, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. Coleção: Feminismos Plurais.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 189-201.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado)-Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

<https://doi.org/10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521>

TATE, Anne Shirley. Descolonizando a raiva: a teoria feminista e a prática nas universidades do Reino Unido. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 202-223.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.